

Câmara restitui cerca de R\$ 16 milhões à Prefeitura de Salvador

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O presidente da Câmara Municipal de Salvador pelo PSDB, Carlos Muniz entregou ao prefeito Bruno Reis um montante de R\$ 15.936.219,03 em um gesto simbólico no Palácio Thomé de Souza. Esse valor representa uma economia proveniente do duodécimo, que é a quantia repassada pelas prefeituras aos legislativos locais. Esta devolução estabelece um marco como a maior quantia já retornada pela Câmara Municipal à Prefeitura na história da capital baiana.

Bruno Reis expressou sua satisfação: "No último dia útil do ano tenho a honra de

receber a visita do meu amigo Carlos Muniz, com uma excelente notícia. A devolução de quase R\$ 16 milhões aos cofres da Prefeitura. Isso demonstra capacidade administrativa e eficiência. Vamos investir em equipamentos de educação e saúde para a população".

Reis também destacou o desempenho da Câmara de Salvador ao longo do ano. "Aprovamos projetos significativos propostos tanto pelo Executivo quanto pelos vereadores. Além disso, eventos como a Câmara Itinerante e diversas audiências públicas foram realizados. Mesmo com essa intensa atividade legislativa, Muniz conseguiu essa notável devolução. Meus parabéns a ele", elogiou o prefeito.

"Tivemos importantes

projetos do Executivo e dos vereadores aprovados. E também ocorreu a Câmara Itinerante e várias audiências públicas. E mesmo com todo esse trabalho ocorreu essa devolução. Parabéns, Carlos Muniz", emendou.

Por sua vez, Muniz enfatizou a importância do gesto: "Isso significará mais investimentos em saúde, educação e infraestrutura. Cuidar e lutar pela população de Salvador é e sempre será um compromisso nosso. E essa ação de hoje beneficia o povo da nossa cidade", afirmou Muniz.

Balanco

A Diretoria Legislativa (Direl) da Câmara Municipal divulgou um panorama da atividade legislativa da 19ª Legislatura, abrangendo o



O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Salvador pelo PSDB, Carlos Muniz, entregou ao prefeito Bruno Reis um montante de R\$ 15.936.219,03

período de janeiro a dezembro do corrente ano.

De acordo com o relatório da Direl, observa-se que a Tribuna Popular foi utilizada em 32 ocasiões, totalizando 3.678 discursos e 974 pareceres emitidos. Adicionalmente, foram registrados 29 votos em separado e conduzidas 14 audiências públicas pelos vereadores. As comissões

legislativas promoveram três visitas técnicas e realizaram 98 reuniões. Em relação às emendas propostas, foram contabilizadas 423 nas comissões e 95 em plenário. Destaca-se que duas dessas emendas contribuíram para aprimorar a Lei Orgânica do Município, que posteriormente foi sancionada. O número total de leis aprovadas e sancionadas alcançou a marca

de 114. Festival da Virada - A Limpurb montou em mais uma edição do Festival Virada Salvador uma Central de Cooperativas para coleta seletiva. A estrutura funcionará até o dia 1º de janeiro de 2024, recebendo todos os resíduos recolhidos pelos catadores cooperados. Ao todo, são 100 catadores contratados e 36 cooperados.

RUMORES

'Se me perguntar, vou dizer que não vá', diz Bruno sobre Cacá na Caixa

Foto: Valder Pontes/SecomPMS



O PREFEITO Bruno Reis elogiou a contribuição de Cacá e expressou o desejo de mantê-lo na liderança da articulação política

MATEUS SOARES
REPÓRTER

Diante das especulações sobre a possível nomeação de Cacá Leão (PP), atual secretário de Governo (Segov) da Prefeitura de Salvador, para a vice-presidência de Negócios de Atacado da Caixa Econômica Federal, o prefeito Bruno Reis (União Brasil) elogiou profundamente a contribuição do pepista e expressou o desejo de mantê-lo na liderança da articulação política da administração municipal.

"Esse ano, como não era ano de eleição, navegamos em mar de brigadeiro, sem turbulências políticas. Isso se deve à capacidade e à gran-

de competência de Cacá em frente à Secretaria de Governo. Agradeço a Cacá imensamente. Se você me perguntar, vou dizer que não vá, que fique aqui comigo", afirmou o atual gestor da capital baiana. "Por enquanto ele tem dito que é apenas especulação, que não tem convite formal. Se tiver convite, que ele decida o que for melhor para a vida dele. Mas não tenha dúvidas que a opinião e o pedido do prefeito é que ele possa ficar aqui com a gente", despidou Bruno Reis.

Apoiada por Arthur Lira, atual presidente da Câmara dos Deputados, também do PP, a chegada de Carlos Vieira como o novo presidente da Caixa Econômica Federal resultou em mudanças

nas posições de vice-presidentes do banco. Nesse contexto, há especulações sobre a possível nomeação de Cacá para uma dessas posições. Se confirmada, o atual titular da Segov assumiria o posto deixado por Ronny Peterson Costa, que está se retirando do cargo.

O deputado federal Mário Negromonte Júnior, presidente estadual do PP, indicou que há expectativas de que esse movimento se concretize. "O nome dele é um dos nomes que a bancada quer. É um nome que atenderia a bancada, não só da Bahia, mas a bancada", comentou o parlamentar, ao site Bahia Notícias.

Em entrevista à rádio Salvador FM, Cacá Leão men-

cionou que, até o momento, não recebeu propostas concretas, mas ressaltou que a decisão também estará sujeita à consideração do prefeito de Salvador. "Essa conversa começou desde a semana retrasada, [as discussões] começaram quando foi nomeado o Carlos Vieira", contou. "Desde que vim para Salvador, essa conversa já estava forte, de ficar em Brasília. Quando tomei a decisão de vir para a gestão do prefeito Bruno Reis, e não sou homem de fugir dos meus compromissos. A conversa da Caixa ficou mais forte na reunião da bancada, quando surgiu a conversa de, além de nomear o presidente, o PP iria nomear outras vice-presidências", acrescentou.

Movimento ligado ao PT critica pré-candidatura em Salvador

O líder do movimento, Jhones Bastos, questionou a decisão de lideranças governistas

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) expressou insatisfação diante da decisão do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT), em apoiar a pré-candidatura do vice-governador Geraldo Júnior (MDB) ao Palácio Thomé de Souza em 2024. Em um comunicado oficial, o MSTS, movimento ligado ao PT, caracterizou o MDB como o "partido do golpe nacional", referindo-se ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, manifestando indignação: "Estamos tristes e indignados com essa horrível notí-

cia".

O líder e fundador do movimento, Jhones Bastos, questionou a decisão de lideranças governistas em não apoiar o PT, destacando a influência significativa do movimento, presente, segundo ele, em diversos locais da cidade. "Fico me perguntando o que será que se passa nas cabeças dessas lideranças governistas em o PT não apoiar o PT", lamentou. "Nós não temos votos suficientes para eleger um prefeito, ou um governador, mas sabemos que somos grandes influenciadores", admitiu o fundador do movimento.

Ele, que é companheiro da presidente municipal do PT, Cema Mosil, afirmou ain-

da que o movimento está em "todos os guetos e quebradas da cidade" e, embora de forma truncada, sinalizou que vai "conscientizar as pessoas" a não votarem em Geraldo Júnior. "O Movimento dos Sem Teto de Salvador repudia veementemente essa decisão maléfica. O que será sempre melhor para Salvador, sabemos nós, é o PT. Lutamos a vida toda contra esses opressores", acrescentou Jhones Bastos.

A Articulação de Esquerda, tendência que está entre as mais radicais do PT, também publicou, nesta semana, através das redes sociais, uma carta com críticas pesadas ao anúncio da pré-candidatura de Geraldo

Júnior.

O grupo, que não possui políticos com mandato tanto no âmbito estadual quanto municipal, tem como um dos líderes o professor Rodrigo Pereira, que disputou e perdeu a condição de postulante da sigla à Prefeitura da capital contra o deputado estadual Robinson Almeida, que teve que abrir mão após a oficialização de Geraldo.

De acordo com o documento, "é afrontoso que a coalizão de tendências que dirige majoritariamente o partido exija da sua militância que peça votos para uma candidatura com nítido perfil de direita". O texto aponta ainda as ligações entre Geraldo e os irmãos Vieira Lima.



O MSTS expressou insatisfação diante da decisão do conselho em apoiar a pré-candidatura do MDB

Pacheco vai decidir se devolve medida que revisa desoneração

MARIANA CARNEIRO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avisou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que deverá reunir os líderes do Congresso no início de janeiro para discutir a medida provisória que revogou a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. A MP foi publicada ontem, e revoga decisão do Congresso Nacional de prorrogar até 2027 o benefício da desoneração da folha.

"Farei uma análise apu-

rada do teor da medida provisória com o assessoramento da consultoria legislativa do Senado Federal. Para além da estranheza sobre a desconstituição da decisão recente do Congresso Nacional sobre o tema, há a necessidade da análise técnica sobre os aspectos de constitucionalidade da MP", afirmou Pacheco, em nota divulgada em suas redes sociais nesta sexta.

"Há também um contexto de reação política à sua edição que deve ser considerado, de modo que também será importante reunir os líderes das duas Casas para

ouvi-los, o que pretendo fazer nos primeiros dias de janeiro. Somente depois de cumprir essas etapas é que posso decidir sobre a sua tramitação no Congresso Nacional ou não", acrescenta a nota do presidente do Senado. O Estadão apurou que, na véspera, Pacheco já havia dito a Haddad que o caminho da MP era difícil no Congresso e que previa resistência, uma vez que o tema foi aprovado com maioria tanto na Câmara quanto no Senado. Ele evitou, porém, dizer se devolveria a medida provisória e combinou de antes conversar com os líderes.

MP da folha salarial enfrentará caminho difícil para aprovação

REDAÇÃO
COM UOL

O ano ainda não chegou ao fim, mas o ministro Fernando Haddad (Economia) já tem desafios a enfrentar em 2024. A oposição, contrariada, está empenhada em derrubar a medida provisória assinada por ele, que restabelece a contribuição da folha salarial em 17 setores da economia. Esta medida implica em redução na contribuição social para as empresas. No entanto, esses 17 setores empregam quase 9 milhões de pessoas, resul-

tando em uma perda anual de arrecadação governamental de R\$ 9,4 bilhões.

Tanto a liderança da Câmara quanto do Senado preveem dificuldades na tramitação da medida proposta por Haddad, indicando resistência em ambas as Casas.

Além disso, espera-se uma reação por parte do setor produtivo. Tanto a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) quanto o Movimento Desonera Brasil emitiram comunicados contrários à medida. Haddad afirmou recentemente seu desejo de implementar a reoneração de

forma gradual a partir do próximo ano. Apesar das críticas, ele argumenta que a MP resultará na criação de mais empregos. A assessoria do ministro informou hoje que ele não se informará sobre a reação da oposição à medida.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) usou as expressões "sórdida" e "aberração legislativa" para classificar a MP. Amin afirmou que tanto o líder do partido, senador Ciro Nogueira (PP-PI), quanto a vice-líder, senadora Tereza Cristina (PP-MS), se uniram na oposição à reoneração da folha salarial.